



Laplace em Revista

E-ISSN: 2446-6220

geplageufscar@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos  
Brasil

Fagiani, Cílon César; de França, Robson Luiz  
Ética e pesquisa em educação e trabalho: algumas considerações  
Laplace em Revista, vol. 1, núm. 2, may-august, 2015, pp. 48-58  
Universidade Federal de São Carlos  
Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756338005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Ética e pesquisa em educação e trabalho: algumas considerações

Ethics and research in education: some considerations

Ética y la investigación en educación: algunas consideraciones

Cílson César Fagiani\*

Universidade Federal de Uberlândia

Robson Luiz de França\*\*

Universidade Federal de Uberlândia

### RESUMO

A preocupação com a ética na pesquisa em ciências humanas, especialmente na área da Educação, é algo recente e vem suscitando uma série de questões que vão desde a pertinência de se pensar sobre a questão ética até as formas de sua normatização. A questão ética em pesquisas nas ciências humanas e particularmente nas pesquisas educacionais deve ser preocupação constante entre os pesquisadores. Não é o caso de negar a necessidade de normas e regras que regulamentem as pesquisas científicas qualitativas, mas preocupar-se que isso não seja apenas uma prática jurídica, muitas vezes meramente burocrática em busca de um controle ético. Tendo em vista essas questões, o artigo tem por objetivo trazer à luz algumas considerações e instigar o debate sobre a ética relacionada à pesquisa educacional.

**Palavras-chave:** Ética. Pesquisa. Educação.

### ABSTRACT

The concern with ethics in research in the humanities, especially in the area of education, is something recent and comes raising a series of questions ranging from the appropriateness to think about the ethical issue until the forms of its standardization. Ethics in research in the humanities and particularly in educational research should be a constant concern among researchers. This is not the case of denying the need for standards and rules governing the qualitative research, but worry that this is not just a legal practice, often bureaucratic purposes in search of an ethical control. In view of these issues, the article aims to bring to light some considerations and simultaneously provoke debate about ethics related to educational research.

**Keywords:** Ethics. Research. Education.

### RESUMEN

La preocupación por la ética en la investigaciones de las ciencias humanas, especialmente en el área de Educación, es un fenómeno reciente y se han planteado una serie de cuestiones que van desde la importancia de pensar acerca de la cuestión ética hasta sus formas de regulación. La ética en la investigación en las humanidades y en particular en la investigación educativa debe ser una constante preocupación entre los investigadores. No es el caso de negar la necesidad de normas y reglamentos que rigen la investigación científica cualitativa, sino de preocuparse de que esto no es meramente una práctica jurídica burocrática en busca de un control ético. Teniendo en cuenta estas cuestiones, el trabajo

pretende sacar a la luz algunas consideraciones y provocar el debate sobre la ética en relación a la investigación educativa

**Palabras-clave:** Ética. Investigación. Educación.

## Introdução

A preocupação com a ética na pesquisa em ciências humanas, especialmente na área da Educação, é algo recente e vem suscitando uma série de questões que vão desde a pertinência de se pensar sobre a questão ética até as formas de sua normatização. Neste artigo, parte-se do pressuposto que a pesquisa em educação deve considerar os interesses de todos os participantes de forma a manter a integridade do sujeito da pesquisa, ou seja, o Homem em sua diversidade sociocultural e educacional e a independência do pesquisador, livre de censura e constrangimentos de ordem política ou econômica. Somente assim é que são garantidos resultados significativos que possam sinalizar o avanço do conhecimento na área educacional.

Assim, o artigo tem por objetivo trazer à luz alguns aspectos éticos relacionados à pesquisa educacional, visando promover uma reflexão quanto à importância deste tipo de pesquisa, predominantemente qualitativa, e a interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Ele está estruturado de forma a apresentar inicialmente uma discussão sobre o processo de formação do Homem como Ser Humano, considerando-se a inter-relação entre as categorias trabalho e educação, como um ser dotado de cultura e, portanto, de comportamento ético. Seguindo, são apresentadas as considerações sobre os aspectos éticos na condução de pesquisas em educação. Finalizando o artigo, são apontadas as considerações finais.

## Processo de humanização, educação e ética

De acordo com Saviani (2007), trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que apenas o ser humano trabalha e educa. O autor tece críticas à concepção idealista de Homem racional que ocasionalmente pode trabalhar e afirma que essa ideia predominou no desenvolvimento do pensamento filosófico ocidental e que se cristalizou no senso comum. Para Saviani (2007, p. 153), essa é

[...] uma concepção marcada por um caráter especulativo e metafísico contraposto à existência histórica dos homens [...]. Partem de uma ideia abstrata e universal de essência humana na qual estaria inscrito o conjunto dos traços característicos de cada um dos indivíduos que compõem a espécie humana.

Contrariando as teses idealistas sobre o Ser Homem e fundamentando-se em Marx e Engels, Saviani (2007) afirma que a essência humana é produzida pelos próprios homens e que o Homem se constitui pelo trabalho. Isso porque, no processo de surgimento do Homem constata-se a necessidade dele produzir sua própria vida agindo sobre a Natureza e ajustando-a às suas necessidades. A existência humana passa a ser produto do seu trabalho, seu agir sobre a Natureza.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho (ANTUNES, 2010; SAVIANI, 2007). Segundo Antunes (2010), por meio do trabalho ocorre uma dupla transformação, uma vez que o ser social que trabalha atua sobre a natureza e, concomitantemente, se autotransforma. Para o autor, “[...] é através dessa complexa

processualidade que trabalho humano-social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”. (ANTUNES, 2010, p. 10).

Para Previtali (2009), o trabalho é elemento de mediação entre Homem e Natureza no processo de produção e reprodução de sua existência sociocultural através do qual o homem não apenas modifica o material ao qual deseja satisfazer suas necessidades, ele concretiza neste material um projeto anterior criado conscientemente. Dessa forma, segundo a autora, ele coloca em ação não apenas as suas potencialidades naturais, mas também retira as potencialidades existentes na natureza e as coloca em seu favor. É nesta atividade fundante da existência humana em que o trabalho adquire forma e atributos, os quais são condicionados social e historicamente. (PREVITALI, 2009).

Saviani (2007), também argumenta na mesma direção. Para o autor, a essência humana não é dada ao Homem, nem tampouco uma dádiva divina ou natural ou ainda algo que precede a existência do próprio Homem. Em verdade, a essência humana é produzida pelos próprios homens nas suas relações vivenciadas cotidianamente e coletivamente, na construção de sua cultura e conhecimentos, através das gerações. Isso significa que o Homem não nasce Homem, ele forma-se Homem na medida em que o ato de trabalhar é também um ato de aprender e ensinar. A partir dessas considerações, o autor conclui que a origem da Educação coincide com a origem do próprio Homem, uma vez que.

[...] ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 153).

Dizendo o mesmo, mas de outra maneira, Morin (2007) defende que há três instâncias no Homem: indivíduo-sociedade-espécie e elas formam uma tríade inseparável. O autor argumenta que o homem, mesmo na sua autonomia, é 100% biológico e 100% cultural e apresenta-se como o “ponto de um holograma” (MORIN, 2007, p. 18) que contém o todo da espécie e da sociedade, mesmo na sua irredutível singularidade. Para Morin (2007), o homem “carrega a herança genética e, ao mesmo tempo, o *imprinting* e a norma de uma cultura [...]”. Podemos distinguir, mas não isolar umas das outras as fontes biológica, individual e social.” (MORIN, 2007, p. 19).

De acordo com Johann (2009), a educação sempre implicará um processo amplo de transformação e desenvolvimento do ser humano, em toda a sua pluridimensionalidade. O autor afirma que a educação ocorre quando são mobilizadas as potencialidades humanas de um ser que é “bio-psico-social” (JOHANN, 2009, p. 20) e o Ser Humano haverá de ser tanto mais humanizado quando puder avançar no desenvolvimento de suas potencialidades. Para o autor, quando o Homem descobre que pode ir além do seu estado natural, se inscreve o fenômeno da educação como possibilidade de ser diferente, de ser mais, de ser melhor e de se apresentar de forma ilimitada. E, segundo Johann (2009), ser diferente, ser mais e ser melhor, são tarefas que implicam em um comprometimento ético. Portanto, a construção de um ser humano pleno sugere a inclusão de dimensões éticas em seu desenvolvimento.

Souza (2011) traz uma contribuição importante no que se refere à discussão sobre ética e que permite aproximações com os autores acima citados. Para o autor, a ética não pode ser abstrata e geral, mas sim de classe, possuindo um caráter social e histórico. Considera o método materialista-dialético como sendo aquele que apresenta uma concepção de ética fundamentada na liberdade como autodeterminação, bem como na análise crítica da totalidade das ações humanas. Para Souza (2011), este método, ao procurar compreender o movimento que se apresenta como real e ao propor a criação de novas relações humanas, no sentido de propiciar aos homens a superação da exploração, funda-se na construção de uma nova ética que difere da ética capitalista.

Portanto, a ética deve ser pensada nas relações sociais de produção, no processo de criação e reprodução da sociabilidade humana, no ato de aprender e de ensinar. Nesse sentido, nas palavras do autor, “[...] educação e a ética se constituem numa atitude política consciente, coerente com os princípios da emancipação humana” (SOUZA, 2011, p. 79).

Tem-se do exposto acima que as pesquisas científicas em geral e, particularmente em educação, devem ter como preocupação fundamental os aspectos éticos condizentes com o princípio da liberdade e independência do pesquisador e da integridade do sujeito da pesquisa na sua vivência histórica, social e educacional. Considerando este princípio torna-se fundamental analisarmos os aspectos práticos da condução de pesquisas em educação.

## Aspectos legais da ética na pesquisa

A regulamentação de normas que norteiem os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos se faz necessário devido a grande diversidade de sociedades e costumes que compõem a humanidade, não se trata de impedir o desenvolvimento da ciência, mas de acompanhá-la. Em última análise, o aspecto mais importante que deveria ser observado é a perpetuação da espécie humana, ou seja, os riscos e a certeza do controle destes, para que não ocorra a extinção da mesma. Qualquer pesquisa que poça colocar o Ser Humano em risco deve ser acompanhada.

Caso de maior complexidade são as pesquisas que envolvem diretamente os seres humanos. Qual o valor de uma vida humana? Qual o valor da sua vida? É mais complexo ainda quando esses não são apenas objetos da pesquisa, mas participantes da pesquisa, desenvolvendo, não raramente, uma profunda relação com o pesquisador no decorrer da pesquisa.

Ao longo do século XX houve um esforço para formulação de regras a serem seguidas quando se trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Destacaremos aqui alguns momentos no contexto internacional e especificamente no Brasil. Logo após o término da segunda guerra mundial, em 1947, foi criado o Código de Nuremberg devido às atrocidades cometidas em experimentos com seres humano. O tribunal militar internacional se reuniu para a formulação de regras que deram origem a este código.

Em 1965 o Instituto Nacional de Saúde dos EUA recomendou um sistema de supervisão das pesquisas, de caráter obrigatório, para todos os estudos subsidiados pelo órgão ou pelo Serviço de Saúde Pública do País, com o objetivo de assegurar o respeito aos envolvidos nas pesquisas e a adequação do consentimento informado. A Declaração de Helsinque criada em 1967 foi uma tentativa da Associação Médica Internacional de corrigir as defasagens apresentadas pelo Código de Nuremberg. A Proposta de Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos em 1982 consistiu em diretrizes formuladas também pela Associação Médica Internacional para as pesquisas realizadas nos países em desenvolvimento (FREITAS, 2009).

De acordo com Freitas (2009), no Brasil foi criada a Resolução 01/88, em 1988, quando o Conselho Nacional de Saúde aprovou as primeiras normas nacionais sobre ética na pesquisa envolvendo seres humanos, onde também foram instituídos os Comitês de Ética na Pesquisa (CEP).

Ainda, segundo a autora, devido às defasagens apresentadas pela Resolução 01/88 se tornou necessário uma revisão, a qual deu origem a Resolução 196 de 1996 que além de trazer as diretrizes para a apreciação da ética nos projetos de pesquisas envolvendo seres humanos, também criou um sistema nacional de ética nestas pesquisas com o estabelecimento da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e a vinculação com os Comitês de Ética em Pesquisa das instituições e o Conselho Nacional da Saúde (CNS).

A Revisão da Resolução 196/96, prevista pela própria Resolução 196/96 foi metodicamente realizada por um grupo de trabalho criado em 2011 pelo Conselho Nacional de Saúde que analisou propostas e documentos e verificou a necessidade da organização de dois seminários temáticos, realizados em 2012, abordando-se os seguintes temas: Pesquisas públicas no SUS e Análise ética de projetos de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas e a Resolução CNS 196/96 (CNS, 2012a).

Em dezembro de 2012, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 240ª Reunião Ordinária aprovou a Resolução 466/12 (CNS, 2012b) em substituição a Resolução 196/96 e em setembro de 2013 aprovou a Norma Operacional número 001/2013 (CNS, 2013).

Nas pesquisas envolvendo seres humanos e a vivência destes em sociedade, faz com que o processo se torne ainda mais complexo, pois as metodologias e abordagens a serem empregadas se apresentam de muitas maneiras, dando um aspecto peculiar as diferentes formas de pesquisa.

### ***A ética e a pesquisa educacional***

André (1995) observa que já no final do século XIX os cientistas sociais começaram a questionar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, fundadas numa perspectiva positivista de conhecimento deveria servir como modelo de estudo dos fenômenos humanos e sociais. Cita Dilthey e Weber com suas contribuições na diferenciação da pesquisa envolvendo indivíduos em sociedade. Segundo a autora, Dilthey, argumenta que os fenômenos humanos e sociais são muito complexos e dinâmicos e Weber destaca a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Ambos não aceitam que a realidade seja algo externo ao sujeito e valorizam a maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo tendo como base analítica a interpretação, a descoberta e o valor da indução na relação entre fatos e valores. Destacam também que neste tipo de pesquisa é inaceitável uma postura neutra do pesquisador. Nas palavras de André (1995, p. 17):

É com base nesses princípios que se configura a nova abordagem (alguns autores preferem o termo paradigma) de pesquisa, chamada de “naturalística” por alguns ou de “qualitativa” por outros. Naturalística ou naturalista porque não envolve manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

É neste contexto que colocamos as pesquisas educacionais. Um campo das ciências humanas, fértil e dinâmico na produção de conhecimento que permite diferentes práticas metodologias e a abordagem de uma enorme diversidade de questões como bem descreve Gatti (2007, p. 12) ao afirmar que:

[...] A pesquisa educacional, tal como ela vem sendo realizada, compreende, assim, uma vasta diversidade de questões, de diferentes conotações, todas relacionadas complexamente ao desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Ela tem abrangido questões em perspectivas filosóficas, sociológicas, psicológicas, políticas, biológicas, administrativas, etc. Se pensarmos apenas em um de seus aspectos – o da educação escolar – ela se refere aí a problemas de legislação, de currículo, de métodos e tecnologia de ensino, de formação de docentes, das relações professor-aluno, etc. Diz respeito a especialidades como a psicologia do escolar, a orientação educacional, a supervisão pedagógica e a administração escolar (...) pesquisar em

educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida.

Kemmis e Wilkinson (2002) em sua exposição sobre a Pesquisa-ação Participativa e o Estudo da Prática destacam a complexidade deste contexto de pesquisa na questão do relacionamento direto do pesquisador com os indivíduos no estudo de suas práticas. Para os autores:

[...] precisamos, então, reconhecer que o estudo de uma prática tão complexa quanto a prática da educação (...), é um estudo de conexões – de muitos e diferentes tipos de relacionamentos comunicativos, produtivos e organizacionais entre pessoas em meios de linguagem (discurso), de trabalho e de poder constituídos social, histórico e discursivamente – sendo que todos esses devem ser entendidos de maneira dinâmica e ostentando relações mútuas. (KEMMIS e WILKINSON, 2002, p. 60).

O aspecto complicador da pesquisa educacional é a complexidade desta diante da possibilidade da utilização de diferentes metodologias e abordagens para aquisição e interpretação dos dados, o que traz a impossibilidade de procedimentos padronizados. A formatação deste tipo de pesquisa em regras éticas a serem seguidas sem levar em consideração a peculiaridade de cada projeto pode trazer limitações que inviabilizaria o desenvolvimento da pesquisa em sua plena exploração das situações influenciando diretamente a qualidade da mesma.

Pode-se observar que os autores estudados demonstram a preocupação com a questão da ética no contexto das pesquisas educacionais em suas diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

Bogdan e Biklen (1994), ao discutirem a investigação qualitativa em educação, enumeraram vários autores com propostas relativas a um código de ética para os pesquisadores qualitativos. Observam também a dificuldade do pesquisador em negociar o que poderia ou não ser abordado em uma pesquisa qualitativa, já que se trata de uma pesquisa de relação continuada.

Os autores destacam que diferentes estilos e tradições de trabalho de campo operam sob diferentes princípios éticos, considerando importante a questão da ética e sugerindo alguns princípios gerais como: Sigilo, Respeito, Honestidade e Fidelidade. Nas palavras de Bogdan e Biklen (1994), “[...] conduzir investigação qualitativa assemelha-se mais ao estabelecimento de uma amizade do que de um contrato” (p. 76).

André (2008a) em seu texto sobre o estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional, cita Bassey (2003, p.58) a qual afirma que um estudo de caso educacional é uma investigação empírica que é geralmente conduzida num contexto natural e dentro de uma ética de respeito às pessoas. André (2008b) destaca também a questão ética da pesquisa educacional, na coleta e divulgação dos dados, considerando o elevado valor para a definição de medidas de natureza prática e para tomada de decisões políticas no contexto que podem estar inseridas. Segundo a autora:

[...] os estudos de caso podem fornecer informações valiosas para medidas de natureza prática e para decisões política. Isso significa que tanto a coleta quanto a divulgação dos dados devem ser pautadas por princípios éticos, por respeito aos sujeitos, de modo que sejam evitados prejuízos aos participantes. (ANDRÉ, 2008b, p. 36).

A análise não tendenciosa dos fenômenos e se colocando com certo distanciamento é o objetivo maior do pesquisador no interior de suas pesquisas, desde seu projeto até a aquisição dos dados, interpretação, conclusão e divulgação destes. Assim, diante de situações em que o resultado da pesquisa tem extrema importância na tomada de decisões, justificativas de ações e muitas vezes estruturação de

conjunturas com influências ideológicas para tomadas de decisões, os aspectos éticos vem destacado na revelação pelos autores dos critérios que nortearam a escolha dos sujeitos, unidades de análise e a apresentação dos dados que levaram a conclusão da pesquisa, demonstrando claramente todos os resultados, mesmo os que não levariam as conclusões “interessantes”. Tal aspecto foi destacado por André (2008b) nos estudos de caso etnográficos, mas achamos neste artigo, que têm importância para toda a amplitude da pesquisa educacional. Nas palavras da autora,

[...] outro aspecto bastante importante na consideração dos estudos de caso etnográficos são as questões éticas. É preciso que o pesquisador revele muito claramente os critérios em que se baseou para fazer suas escolhas, seja dos sujeitos, seja da unidade de análise e principalmente como selecionou os dados apresentados e descartados, pois um pesquisador sem muitos escrúpulos pode selecionar e apresentar somente aquelas informações que lhe forem convenientes. (ANDRÉ, 2008b, p. 36).

Outro aspecto a ser observado com relação à divulgação dos dados é o prejuízo que esta divulgação poderá causar ao participante da pesquisa. Desta maneira, Walker citado por André (2008c), considera que o processo de investigação deve envolver uma constante negociação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa no que diz respeito à acuidade e relevância daquilo que é selecionado para apresentação assim como sobre o conteúdo das informações, isto é, o que pode ou não e o que deve ou não ser tornado público.

Gatti (2005) argumenta em seu trabalho sobre os cuidados éticos que o pesquisador deve ter ao apresentar os resultados interpretados da pesquisa para não colocar demasiadamente apenas os pontos de vista que este acha mais interessante para sua pesquisa, chegando ao ponto extremo de substituir a voz dos participantes pela sua. A autora destaca que “[...] o pesquisador será o interprete dos participantes; por isso, ele precisa apresentar com ética e clareza os múltiplos pontos de vista, não substituindo a voz dos participantes pela sua” (GATTI, 2005, p. 55).

O dilema se situa na questão da preocupação em não expor o conjunto da pesquisa em seus valores e identidade em detrimento de um compromisso com a qualidade da pesquisa, na qual revelações, muitas vezes, se tornam importantes e até mesmo fundamentais para o objetivo da pesquisa. Neste ponto os pesquisadores devem estar preocupados com a qualidade da pesquisa que fazem ao colocarem publicamente estas pesquisas ao alcance de um grupo maior de leitores e ao escrutínio de seus pares na academia, aqui nos confrontando com as discussões acadêmicas dentro das especificidades de cada área e suas abordagens metodológicas. Diante deste dilema destaca-se a colocação de André (2008c) ao afirmar que:

[...] garantir o sigilo muito provavelmente significará obtenção de dados mais fidedignos, já que se mantém o informante sob proteção. A garantia de controle do conteúdo e da divulgação dos dados pelos participantes, no entanto, pode significar mutilação ou modificação de partes do estudo. Eis aí uma questão ética bastante delicada. A melhor maneira de enfrentá-la parece ser a uma ponderação dos prós e contras tanto entre os membros da equipe de pesquisadores quanto entre esses e os participantes. A palavra chave é negociação. (ANDRÉ, 2008c p. 62).

Barbier (2007) em exposição da pesquisa-ação sinaliza com a produção de um documento escrito em que estaria todo o conjunto de ações e funções de cada um no desenvolvimento da pesquisa inclusive um código de ética específico para a determinada situação. Para a autora,



[...] a contratualização escrita vai, com efeito, servir de plataforma ao grupo de ação. O contrato precisa as funções de cada um, o sistema de reciprocidades, as finalidades da ação, os encargos financeiros, a temporalidade, as fronteiras físicas e simbólicas, as zonas de transgressão e o código ético da pesquisa. (BARBIER, 2007, p 120).

Na exposição sobre história oral Meihy e Holanda (2010) também chamam a atenção em relação à conferência do produto escrito no aspecto da garantia que se deve dar aos participantes com relação ao que vai ser divulgado e a sua prévia autorização no contexto da ética envolvendo a pesquisa. Os autores argumentam que “[...] os cuidados éticos são fundamentais em história oral. Como garantia, é prudente deixar claro que nada será divulgado sem a prévia autorização do entrevistado” (p. 16).

Por outro lado, Portelli (1997) em determinada situação reconheceu certa manipulação da ética na tomada de decisão dos prós e contras com a divulgação dos resultados de sua pesquisa que trazia uma interpretação contrária, e reveladora, aos interesses do participante. Nas palavras do autor,

[...] Quando entrevistei o pároco da vizinhança em que cresci, constatei que ele se lembrava de mim como uma criança de classe média, que frequentava a igreja com relativa assiduidade, e também que partia do princípio de que nossa posição política seria idêntica. Como nada me perguntou nada lhe esclareci. Em vista disso, ele não hesitou em me contar como examinava, com a maior cautela, todos os pedidos de emprego na fábrica local, a fim de que ninguém com tendências esquerdistas tivesse a mais remota chance de ali conseguir trabalho. Essa entrevista veio a ser a primeira prova documentária concreta de algo que, indiretamente, sempre soubéramos: o papel desempenhado pela igreja na discriminação política, naquele contexto específico. É evidente que, por saber que o uso que eu faria do material iria de encontro às expectativas do clérigo, fui rigorosamente ético em termos profissionais. Dei-lhe o manuscrito para ler, obtive sua aprovação por escrito das citações, antes de publicá-la, e assim por diante. Abstive-me de informá-lo sobre o contexto em que situaria o material, bem como a interpretação que a ele daria. Este representa um bom exemplo, creio eu, de manipulação “ética” – neste caso, espero, por uma boa causa. (PORTELLI, 1997, p. 28).

Esta situação relatada por Portelli (1997) é um claro exemplo de pesquisa na qual a aprovação do participante às interpretações do pesquisador traria enorme prejuízos à qualidade da pesquisa, pois esta poderia até se tornar afirmação de uma situação mentirosa ao filtrar o que poderia ou não ser interpretado. Deve-se ressaltar a posição de Portelli (1997) quanto à difícil tarefa dos intelectuais, este reconhecedor do pluralismo e das múltiplas abordagens à verdade, em não se abster da cena do discurso e simular uma neutralidade que seria impossível e indesejável diante das exigências da objetividade científica. Assim, o autor afirma que

[...] embora tenhamos a obrigação de relatar com a maior fidelidade possível as palavras que os entrevistados realmente proferiram a responsabilidade que temos em relação a eles não significa estarmos sempre de acordo com o que dizem. Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise, política. Em outras palavras: uma entrevista com alguém que tem poder sobre nós ou sobre outrem não está, necessariamente, sujeita ao mesmo conjunto de considerações éticas que vigoram para outras entrevistas – não importa o que pensemos da pessoa. (PORTELLI, 1997, p. 27).

Compreendendo o território onde a pesquisa se instala e admitindo elementos como autorreflexão e respeito pela alteridade, constituintes importantes para um bom pesquisador, podemos ter o conceito de ética como um modo de habitar o mundo da produção do conhecimento. O pesquisador, em sua prática, deve contemplar a atualização de atitudes e valores quanto à direção e a serventia do conhecimento e também a interrogação sobre as dimensões políticas, relações de poder nas decisões desta prática, e ideológicas, produção de efeitos de reconhecimento, desconhecimento, estranhamento e conhecimento do plano das representações do outro, do saber produzido no diálogo com o outro. Dessa forma, a concepção de ética não se apresenta como antídoto para os efeitos deletérios políticos e ideológicos na e pela pesquisa, mas, ao contrário, como consideração destes efeitos no âmbito das escolhas e responsabilidades do pesquisador.

A concepção de regras como a resolução 196/96, construída para os procedimentos de pesquisa médica e que passou a interferir nas pesquisas em ciências sociais e humanas pode significar uma interferência, controle, externo nas pesquisas qualitativas interferindo diretamente na autonomia do pesquisador, muitas vezes engessando a pesquisa.

## Considerações finais

Como observado ao longo do artigo, o processo de humanização ocorre a partir da ação do Homem sobre a Natureza, pelo trabalho. Nesse movimento, ele aprende e ensina as gerações futuras e, faz com que os atos de trabalhar e educar confluem-se.

A ética desenvolve-se no campo dos valores, da cultura, os quais são, por sua vez, determinados pelas relações sociais de produção engendradas pelos homens. A fundamentação ética numa perspectiva crítica radical consiste em o pesquisador-professor identificar-se com a classe trabalhadora em sua educação, buscando desenvolver nestes sujeitos sociais aquilo que caracteriza a sua especificidade de ser social, a saber, a capacidade de conhecer, de ter ciência do real e de, portanto, intervir e transformar este real de forma responsável e consciente.

A questão ética em pesquisas nas ciências humanas e particularmente nas pesquisas educacionais deve ser preocupação constante entre os pesquisadores tendo em vista sua importância. Não é o caso de negar a necessidade de normas e regras que regulamentem as pesquisas científicas qualitativas, mas preocupar-se que isso não seja apenas uma prática jurídica, muitas vezes meramente burocrática em busca de um controle ético, o que, mesmo assim não garantiria o comportamento ético do pesquisador.

Os pesquisadores que optam por um viés qualitativo em seus trabalhos devem necessariamente compor o sistema nacional de ética na pesquisa com seres humanos (CONEP e CEP) e, por meio do saber acumulado pelas e nas pesquisas qualitativas, construir normas e regras de conduta específicas norteadoras que auxiliem na condução dos trabalhos e no exame de suas atitudes ante os participantes e na produção do conhecimento em suas pesquisas.

Outra questão importante é a sensibilidade humana que deve envolver a pesquisa. Como afirma Severino (2002, p. 83), mais importante que produzir normas de conduta ética é difundir comportamentos humanizantes. Nas palavras do autor,

[...] ao falar de ética, não estou reportando-me só aos esforços que vem sendo desenvolvidos no sentido de se configurar um código positivo de ética profissional para o cientista-pesquisador que lida com seres humanos [...]. Estou me referindo a um imprescindível respeito à dignidade das pessoas humanas em qualquer circunstância. (SEVERINO, 2002, p. 83).

A formação humanizante somente se realizará com a construção e propagação de uma forte cultura ética de respeito à humanidade dentro da comunidade científica quando inserida na formação do pesquisador, desde seus primeiros passos no mundo da educação, sim, desde seus primeiros passos lá no ensino infantil, seguido pelo ensino fundamental, médio até o superior. A ética norteadora de uma pesquisa educacional deve pautar-se pela crítica contundente das formas ideológicas e concretas das condições de exploração do homem pelo homem.

## Referências

ANDRÉ, M. A abordagem qualitativa de pesquisa. In: *Etnografia da prática escolar*. Campinas, Editora Papirus, 1995, p. 15-25.

\_\_\_\_\_. Estudo de caso do tipo etnográfico. In: *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008a, p. 23-32.

\_\_\_\_\_. Validade, fidedignidade e generalização nos estudos de caso. In: *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008c, p. 59-67.

\_\_\_\_\_. Vantagens do estudo de caso e qualidades do pesquisador. In: *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008b, p. 33-46.

ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. *Argumentum*, Vitória, v. 2, n. 2, jul./dez., 2010, p. 09-15.

BARBIER, René. *Pesquisa-ação*. Série Pesquisa v. 3. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. A ética. In: BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora, 1994, p. 75-78.

CADERNOS DE ÉTICA EM PESQUISA, ano 1, n. 1, julho de 1998. Disponível em [http://www.comissoes.propp.ufu.br/sites/comissoes.propp.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/cep\\_volume1.pdf](http://www.comissoes.propp.ufu.br/sites/comissoes.propp.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/cep_volume1.pdf). Acesso em 25/04/2012. Acesso em 22 de Abr. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - Comissão nacional de ética em pesquisa (CONEP). Disponível em [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html). Acesso em 12 Mar. 2012.

\_\_\_\_\_. 2013. *Norma Operacional Nº 001/2013*. Disponível em [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html). Acesso em 15 de Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. 2012a. *Revisão da Resolução 196/96*. Disponível em [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html). Acesso em 20 de Jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. 2012b. *Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012*. Disponível em [http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_12.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm). Acesso em 10 de Jan. de 2014.

FREITAS, C.B.D. de. *Os comitês de ética em pesquisa: evolução e regulamentação*. Disponível em [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewFile/347/414](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/347/414). Acesso em 10 de Jun. 2012.

GATTI, B. A. A análise dos dados obtidos com o grupo focal. In: *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005, p. 43-56.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007, p. 09-14.

JOHANN, J. R. *Educação e ética: em busca de uma aproximação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. 130 p. Disponível em: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs>. Acesso em 14 de Mar. de 2014.

KEMMIS, S.; WILKINSON, M. A pesquisa ação participativa e o estudo da prática. In: PEREIRA, J. E. D.; ZEICHENER, K. M. (Orgs) *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 43-66.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. Unidade I – Pressupostos. In: *História Oral – como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 13-32.

MORIN, E. *O Método 6: Ética* / Edgar Morin. Tradução Juremir Machado da Silva. 3a ed. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 22-45.

PORTELLI, A. Conferências: Tentando aprender um pouquinho – Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História e do Departamento de História*. PUC-SP, n. 15, Abril, 1997, p. 13-49.

PREVITALI, F. S. O Controle do Trabalho pelo Discurso da Qualificação do Trabalhador no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital. In: *Publicatio UEPG Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*. Ponta Grossa, vol.17, n. 2, p. 141-155, dez. 2009. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/1768/1313>. Acesso em 11 Jan. 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 152-180.

SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Orgs) *A bússola do escrever – Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 67-87.

SOUZA, A. C. A relação entre ética e educação em Karl Marx. In: *Filosofia e Educação* (Online) – Revista Digital do Paideia Vol. 3, N. 1, Abril, 2011. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/2377/2522> Acesso em 16 de Mar. 2014.

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Apoio Fapemig. Doutorado Sanduíche no Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). Apoio Capes (2013-2014). E-mail: [cilsoncf@netsite.com.br](mailto:cilsoncf@netsite.com.br)

\*\* Doutor em Educação, docente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Pesquisador do Centro de Investigação em Educação - CIE da Universidade da Madeira/Portugal. E-mail: [rlfranca@ufu.br](mailto:rlfranca@ufu.br)

Recebido em 10/07/2015

Aprovado em 25/08/2015